PROJETO DE LEI N. 51 DE 29 DE Julho DE 2022.

Dispõe sobre as diretrizes oorçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de **2023** e dá outras providências correlatas.

JOSÉ MARCOS MARTINS, Prefeito do Município de Barrinha, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e em especial a Lei Orgânica Municipal.

Faço saber que a Câmara Municipal de Barrinha aprovou em sessão realizada no dia __/__/____ e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° Ficam estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município de Barrinha, relativo ao exercício de **2023**, as ddiretrizes gerais, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual, no que couber na Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Complementar n. 173, de 27 de maio de 2020 e na Lei Orgânica do Município, bem como nas recentes Portarias editadas pelo Governo Federal, compreendendo:

I) Disposições preliminares;
II) Metas e prioridades da administração pública municipal;
III) Organização e estrutura dos orçamentos, sua execução e alteração; e
IV) Disposições finais.

Art. 2° A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e indireta, assim como as empresas públicas dependentes, observando-se os seguintes objetivos principais:

I) Atendimento da aplicação mínima obrigatória no Ensino e Saúde;
II) Combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;
III) Apoiar estudantes na realização do ensino médio e superior;
IV) Promover o desenvolvimento econômico do Município;
V) Reestruturar os serviços administrativos;
VI) Buscar maior eficiência arrecadatória;
VII) Prestar assistência à criança e ao adolescente;
VIII) Melhorar a infraestrutura urbana; e

IX) Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial, em especial, à população carente e atuar no enfrentamento da pandemia COVID19 enquanto se fizer necessário.

CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3°. As metas de resultados fiscais do município para o exercício de **2023** são aquelas apresentadas no demonstrativo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrada nos demonstrativos abaixo indicados:

I) Metas Anuais (LRF, art. 4°, § 1°);
II) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LRF, art. 4°, § 2°, inciso I);
III) Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, art. 4°, § 2°, inciso II);
IV) Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, art. 4°, § 2°, inciso III);
V) Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, art. 4°, § 2°, inciso III);
VI) Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (LRF, art. 4°, § 2°, inciso IV, alínea "a'), se for o caso;
VII) Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V);
VIII) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V).

§ 1° Em consonância com a Nota técnica SEI n. 12.774/2020/Ministério da Economia, as estimativas de arrecadação, de despesas e de metas fiscais estipuladas nesta Lei de Diretrizes Anuais poderão ser revisadas quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual, considerando-se o novo cenário da situação econômica do país e as novas previsões de cenários para o Produto Interno Bruto e da inflação deste e dos próximos exercícios, bem como eventual remodelação das prioridades e metas à vista do enfrentamento da pandemia do COVID-19 e dos impactos financeiros dela decorrentes no decorrer de sua execução.

§ 2° Integram também esta LDO os seguintes anexos:

I) Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venha a se concretizar (LRF, art. 4°, §3°);
II) Descrição dos Programas Governamentais, Metas e Custos para o Exercício de **2023**;
III) Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental; e

Art. 5º O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos.

Parágrafo único. No escopo de possibilitar melhor controle para gastos sujeitos a limites ou a vulneráveis desvios, que não possam ser claramente identificados no elemento de despesas, tais como publicidade oficial; propaganda; adiantamentos; despesas com viagens e gastos com representação, estes preferencialmente deverão conter específica atividade programática para abrigá-los no orçamento despesa, considerando-se atendida esta formalidade mediante a utilização de subelementos distintos.

Art. 6º A estrutura orçamentária que servirá de base para elaboração do Orçamento Programa para o próximo exercício deverá obedecer a disposição dos Anexos IV, do Plano Plurianual vigente.

Art. 7º As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária (Anexo IV do PPA vigente) e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Art. 8º A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal atenderá a um processo de planejamento permanente e a participação comunitária.

§ 1º A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada, observarão as normas estabelecidas pela Portaria nº 339, de 29 de agosto de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional ou outro ato que vier a substituí-la ou alterá-la.

§ 2º O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos e entidades das administrações direta e indireta, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

§ 3º O orçamento de investimentos das empresas de que o Município direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto, quando couber;

§ 4º O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social, se for o caso;

Art. 9º O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, anualmente, a sua proposta parcial de orçamento para o exercício vindouro até o dia 31/08 de cada ano, em conformidade com o disposto no inciso XII do artigo 48 da Lei Orgânica Municipal de Barrinha.

Art. 10. A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

I) Austeridade na gestão dos recursos públicos;
II) Modernização na ação governamental;
III) Do equilíbrio orçamentário, na previsão e na execução orçamentária;
IV) A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicarão, nos termos do art. 6º da Portaria Ministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 ou outro ato que vier a substituí-la ou alterá-la.

Art. 11. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

§ 1º Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da LRF.

§ 2º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária – financeira ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.

§ 3º Para atender ao artigo 4º, parágrafo único, alínea "d" da Lei Federal n. 8069 de 1990, serão destinados, percentual não inferior a **0,35 %** da receita para as despesas relativas a proteção da criança e do adolescente, ficando ressalvadas situações justificadas em que referido percentual não puder ser atingido.

Art. 12. O orçamento geral abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo e as entidades das Administrações Direta e Indireta e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42, do Ministério do Orçamento e Gestão e demais Portarias editadas pelo Governo Federal ou outros atos que vierem a substituí-las ou alterá-las.

Art. 13. As despesas com pessoal e encargos não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados a existência de recursos, expressa autorização legislativa e as disposições do artigo 29-A e 169, da Constituição Federal e no art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as disposições contidas na Lei Complementar n. 173/2020, não podendo exceder o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) ao Executivo e 6% (seis por cento) ao Legislativo, da receita corrente liquida.

§ 1º As situações que justificam a contratação excepcional de horas extras, na hipótese de o Município ter atingido o limite prudencial para as despesas de pessoal (95% dos 54 % da RCL, ou seja, 51,30% da RCL) são as seguintes:

I) Atender situações de emergência ou calamidade publica;
II) Atender situações que possam comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou equipamentos;
III) Mmanutenção de serviços públicos essenciais que não possam sofrer solução de continuidade.
IV) Implantação de serviço urgente e inadiável;
V) Ssubstituição de servidores por saída voluntária dispensa ou de afastamentos transitórios, cujas ausências possam prejudicar sensivelmente os serviços, e
VI) Execução de serviços absolutamente transitórios e de necessidades esporádicas.

§ 2° Para efeito da vedação disposta no art. 22 da LRF, seu parágrafo único e respectivos incisos, exclui-se as despesas decorrentes do pagamento de horas extraordinárias pagas, para atendimento de situações de excepcional interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente, bem como os casos de contratação substituição previstos em lei e bem assim, eventual revisão nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 14. Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes dos anexos específicos que acompanham esta lei, podendo, na medida da necessidade, ser incluídos novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.

Parágrafo único. Fica ainda consignado que:

I) O Poder Executivo manterá dentro de suas possibilidades a manutenção do equilíbrio orçamentário e aplicará os critérios de limitação de empenho na forma preconizada nesta lei.

II) Para o exercício de **2023**, além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei a programação orçamentária considerará os benefícios para a sociedade a partir de avaliação dos desempenhos de programas de governo.

Art. 15. Poderá ser contratada mediante terceirização em procedimento licitatório, a prestação de serviços contínuos que trata o inciso II do art. 57 da Lei Federal n° 8.666/1993 compreendendo todos aqueles serviços de assessoramento, instrumentais ou complementares, destinados a manutenção da Administração Municipal, indispensáveis para o bom desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação possa estender-se por mais de um exercício financeiro.

§ 1° Consideram-se serviços de natureza continuada a que alude o "caput" deste artigo os serviços de locação de sistemas de informática, limpeza, recepção, segurança e vigilância, manutenção e fornecimento de serviços em geral, bem como serviços médicos, fornecimento de material apostilado com sistemas e assessoramento pedagógico, transporte de estudantes, exames

complementares, assessoria contábil, financeira e orçamentária, administrativa, planejamento e apresentação e acompanhamento de defesas e/ou recursos perante o Egrégio Tribunal de Contas.

§ 2° A caracterização dos serviços indicados no parágrafo anterior é meramente exemplificativa, podendo a Administração Municipal inserir e descrever outras hipóteses mediante a edição de ato administrativo normativo de competência do Chefe do Executivo em face das peculiaridades de cada caso.

Art. 16. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal e 15% (quinze por cento) nas ações e serviços de saúde em conformidade com o disposto na E.C. n° 29/2000.

Art. 17. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo compor-se-á de:

I) Mensagem;
II) Projeto de Lei Orçamentária;
III) Tabelas explicativas da receita e despesas dos três últimos exercícios e demais anexos necessários.

Art. 18. Integrarão a Lei Orçamentária Anual:

I) Sumário geral da receita por fontes e despesa por funções de governo;
II) Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
III) Sumário da receita por fontes e respectiva legislação;
IV) Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

Art. 19. Nos termos do inciso III do artigo 1° da Lei Orgânica de Barrinha, o Poder Executivo enviará até **30 de outubro** Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

SEÇÃO II
Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 20. A Lei orçamentária conterá "Reserva de Contingência" identificada pelo código 99999999, no limite máximo de até **1,0% (hum por cento)** da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de **2023** e se destinará a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais inesperados que não puderam ser previstos durante a programação do orçamento, sendo vedada na forma do art. 5°, inciso III, "b", da Lei Complementar n° 101/2000, sua utilização para outros fins, ressalvados os indicados nesta lei.

§ 1° Consideram-se passivos contingentes os riscos financeiros já existentes decorrentes de ações judiciais trabalhistas, cíveis, previdenciárias, indenizações por desapropriações, restituições, devoluções de recursos conveniados, bem como outros que poderão causar perdas ou danos ao patrimônio da entidade ou comprometer a execução de ações planejadas para serem executadas no período em que as ocorrências se efetivaram.

§ 2° A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo, a ele cabendo a sua utilização em casos de natureza urgente e inadiável.

§ 3° Na existência de déficit financeiro, o saldo de reserva de contingência cuja projeção indicar que não será objeto de utilização poderá ser utilizado para cobertura de outras despesas necessárias ao regular funcionamento do Ente Público, tendo como preferência a liquidação parcial e gradativa da dívida flutuante em montante que poderá ser indicado no anexo de metas fiscais (superávit), o que se dará mediante a abertura créditos adicionais, nos termos dos artigos 7°, 42 e 43 da Lei n° 4.320/64 combinado com a autorização contida na Lei Orçamentária Anual ou Lei Específica.

SEÇÃO III
Das Disposições Sobre a Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 21. Em cumprimento ao disposto no artigo 8° da Lei Complementar Federal n. 173, de 27 de maio de 2020, com as exceções nele contidas, são vedados, até **31 de dezembro de 2022**, atos que impliquem a ampliação de despesas com pessoal, sob a forma de concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração; criação de cargo, emprego ou função; alteração de estrutura de carreira; admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título; realização de concursos públicos; e criação ou majoração de vantagens ou benefícios de qualquer natureza, ressalvadas as exceções consignadas no bojo do referido diploma dentre os quais se inserem o preenchimento de cargos decorrente de vacâncias, contratações de pessoal por tempo determinado, assim como demais atos de exceção listados na LC n. 173/2020.

§ 2° Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar n° 101/2000 serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3° e 4° do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3° Quando se tratar de ano de eleições, a eventual concessão de revisão geral de pessoal, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição fica previamente autorizada, podendo ainda os recursos necessários para a sua aplicação se fazer constar da lei orçamentária em categoria de programação específica.

SEÇÃO IV
Das Disposições Sobre a Despesa de Pessoal

Art. 22. O disposto no § 1° do art. 18 da Lei Complementar n° 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do "caput", os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, bem como as que não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, ainda quando se tratarem de cargos ou empregos extintos ou em extinção, bem como a terceirização de serviços de quaisquer naturezas, compreendendo-se especialmente nesta categoria os serviços médicos, de transporte, de limpeza e todos os demais serviços objeto de terceirização dotada de impessoalidade.

SEÇÃO V
Das Disposições Sobre a Previsão da Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 23. O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I) Revisão e Atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
II) Revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do município;
III) Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;
IV) Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos; e
V) Demais matérias relativas a legislação tributária, bem como eventuais parcelamentos, isenções, anistias e demais benefícios fiscais na forma da lei.

Art. 24. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos 12 meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, na conformidade do Anexo II, que dispõe sobre as Metas Fiscais, bem como a perspectiva de evolução do PIB.

§ 1° Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I) Revisão e adequação da legislação sobre taxas pelo exercício do Poder de Polícia, ou referentes à utilização efetiva ou potencial de serviços específicos e divisíveis,

prestados aos contribuintes, ou postos a sua disposição, objetivando sua adequação aos respectivos custos;

II) Edição de uma planta genérica de valores realinhando a valoração dos terrenos vagos e edificações, prioritariamente em casos em que o valor venal suplanta o valor real, minimizando eventuais distorções;

III) A expansão do número de contribuintes;

IV) Atualização do cadastro imobiliário fiscal.

V) Alterações na legislação tributária federal que impliquem em alteração no valor de arrecadação dos tributos municipais.

§ 2° As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 25. O Município poderá conceder incentivos fiscais ao desenvolvimento de atividades na área social, cultural e de esporte mediante leis específicas, através da regulamentação e implantação de Fundos Municipais.

Art. 26. Com o objetivo de estimular o crescimento da receita tributária própria, poderá o Executivo municipal encaminhar projetos de lei concedendo incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não, cujos valores não serão considerados na previsão da receita prevista na Lei Orçamentária para viger em **2023**, não afetando as metas de resultados fiscais previstas.

§ 1° Ficam preservados os benefícios fiscais introduzidos na legislação tributária do Município anteriormente à edição desta lei, cujos valores não serão considerados na previsão da receita prevista na Lei Orçamentária para viger em **2023**.

§ 2° Também não serão considerados na previsão da receita prevista na Lei Orçamentária para viger em 2018, não afetando as metas de resultados fiscais previstas, a fixação de percentuais de desconto para pagamento à vista sobre o valor lançado dos tributos municipais.

SEÇÃO VI
Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 27. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir o equilíbrio financeiro da administração municipal, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais.

Parágrafo único. Conforme se fez constar do § 3° do artigo 20 desta lei, a lei orçamentária conterá reserva de contingência para atingimento de superávit orçamentário em percentual equivalente ao valor estabelecido no anexo de riscos fiscais, o qual será prioritariamente utilizado para pagamento parcial e gradativo da dívida flutuante.

SEÇÃO VII
Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 28. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9°, e no inciso II, do § 1°, do art. 31, da Lei Complementar n° 101/2000, o Poder Executivo fica autorizado a proceder mediante Decreto, a limitação de empenho das dotações orçamentárias e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de **2023**, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1° Excluem-se do disposto no caput deste artigo, as despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida e ao combate a pandemia;

§ 2° O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

Art. 29. Ocorrendo a situação retratada no artigo anterior, o Decreto de limitação de empenhos deverá identificar as fontes de receita comprometidas com a queda de arrecadação e estabelecer o contingenciamento de despesa correspondente na mesma proporção da redução verificada, obedecida a seguinte ordem: (i) despesas de investimentos; (ii) despesas correntes.

§ 1° Não serão objeto de limitação de empenho as despesas que constituem obrigações constitucionais, legais, ou destinadas ao pagamento do serviço da dívida, exceto quando a queda das receitas afetar as bases de cálculo ou limites de comprometimento destas mesmas despesas.

§ 2° O Poder Executivo, após editar o Decreto a que se refere o caput enviará cópia do mesmo ao Poder Legislativo, para ciência, acompanhado da memória de cálculo, das premissas e dos parâmetros justificadores do Decreto.

§ 3° A limitação dos empenhos do Poder Legislativo, quando couber, poderá ser efetuada por ato próprio e calculada de forma proporcional à participação de suas respectivas despesas, no montante global das despesas do orçamento geral do Município para o exercício de **2023**.

§ 4° Restabelecida a receita prevista, ainda que parcial, deverá o Poder Executivo editar Decreto suspendendo a limitação de empenhos e recompondo as dotações limitadas.

SEÇÃO VIII
Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 30. A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos para desenvolvimento de ações afetas às áreas de assistência social, saúde e educação, à título de auxílio, subvenções e contribuições, deverá observar:

I) Previsão em Lei específica que expressamente defina a destinação de recursos às entidades beneficiadas, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

II) Atendimento aos dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil;

III) De modo a atender a previsão contida no artigo 4º, inciso I, alínea "f" da L.C. n. 101/2000 (LRF), fica ainda consignado que:

a) Os recursos objeto de subvenção destinar-se-ão à promoção de ações gratuitas e de atendimento direto ao público, devendo pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total repassado, ser empregado em favor de atividades fim da entidade beneficiada, ou em caso de percentual menor, conter expressa justificativa para tanto;

b) A formalização da autorização está condicionada ainda, a: (a) manifestação prévia e expressa do setor técnico ou da assessoria jurídica da Prefeitura Municipal; (b) comprovação de funcionamento regular da Entidade beneficiada, emitida por duas autoridades de outro nível de governo; (c) certificação da Entidade junto ao respectivo Conselho Municipal, quando houver.

§ 1º Nos termos do Comunicado SDG n. 10/2017 a concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições serão formalizados por meio de Termo de Colaboração ou de Fomento, com realização de chamada pública ou inexigibilidade do chamamento público, devidamente justificada, nos termos dos artigos 31, II c/c 32 "caput" e § 4º da Lei.

§ 2º Para o ano de **2023**, estão inicialmente estimados repasses de recursos municipais a Entidades do Terceiro Setor em favor das finalidades indicadas no Anexo I desta Lei, cuja destinação atenderá ao seguinte:

I) Os repasses se processarão mediante formalização de termos de colaboração ou fomento na forma estabelecida na Lei Federal n. 13.019/2014 e condicionados a realização da chamada pública ou justificadas eventuais hipóteses de dispensa ou inexigibilidade (artigos 30 e 31 da LF 13.019/14);

II) Referidos valores constarão da programação orçamentária contida na **LOA 2023** ou em créditos adicionais e poderão ser alterados a qualquer momento em vista do interesse público e conveniência administrativa;

III) Como condição para o inicio do repasse dos valores ajustados, será editada lei específica de modo a garantir o atendimento ao disposto no art. 26 da LRF.

Art. 31. Fica igualmente autorizada a concessão de recursos para entidades públicas ou privadas a título de "auxílios" destinados a despesas de capital de entidades privadas sem fins lucrativos, bem como "contribuições" a entidades sem fins lucrativos, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços na forma estabelecida na Lei Federal nº 4.320/64, atendidas ainda as disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial no seu art. 26.

Art. 32. As transferências de recursos previstas nesta seção, quando couber, poderão seguir as disposições constantes no respectivo plano de trabalho em conformidade com instruções vigentes do Tribunal de Contas, dispensando-se a formalização de termos de convênios.

§ 1º Compete ao órgão beneficiário, sob a supervisão do órgão concedente a elaboração do plano de trabalho, executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

Art. 33. Independente da transferência de recursos a entidades assistenciais, o Poder Executivo consignará na **LOA 2023**, na medida de suas disponibilidades financeiras, dotações orçamentárias para fornecer as pessoas carentes meios de subsistência e demais itens e acessórios indispensáveis, compreendendo-se exemplificativamente nesta categoria medicamentos, órteses, próteses, custeio de sepultamentos e os meios a ele inerentes, cesta de alimentos e demais benefícios pertinentes.

Art. 34. A lei orçamentária anual poderá consignar recursos para que a Prefeitura venha a subsidiar parcialmente o custeio de serviços públicos objeto de concessão ou permissão que vierem a se mostrar deficitários.

Parágrafo único. A fixação dos valores dos subsídios dependerá de demonstração pela empresa exploradora dos serviços da existência de déficit na forma da lei.

Art. 35. Além dos valores consignados na Lei Orçamentária aos entes da Administração Indireta, as receitas próprias dos referidos órgãos serão destinadas, prioritariamente, ao atendimento de suas despesas de custeio, incluindo pessoal e encargos sociais e demais despesas pretéritas que prejudiquem o regular funcionamento da Entidade, podendo ainda, o Executivo promover a transferência de recursos para complementar referidos valores mediante atendimento das seguintes condições:

I) Os recursos complementares serão objeto de lei específica que disporá sobre a abertura do crédito especial necessário; e

II) A formalização da autorização está condicionada ainda a manifestação prévia e expressa do setor técnico da Prefeitura Municipal.

SEÇÃO IX
Da Autorização para o Município Auxiliar o Custeio de Despesas Atribuídas a Outros Entes da Federação

Art. 36. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam o interesse local, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere (art. 62, inciso I da LRF).

Parágrafo único. Para aperfeiçoamento da autorização solicitada no artigo 62 da LRF, a lei orçamentária deverá consignar demonstrativo dos valores que pretende custear de despesas atinentes aos serviços que são próprios da União e do Estado.

SEÇÃO X
Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 37. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I) Estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;

II) Publicar até 30 (trinta) dias após encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas e se não atingidas, deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara;

III) Se verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo, deverá promover, mediante Decreto, a limitação de empenhos, de acordo com a forma e critérios estabelecidos no art. 9º da Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;

IV) O Poder Executivo emitirá ao final de cada quadrimestre, relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

V) Os Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos, Prestação de Contas, Pareceres do T.C.E., serão amplamente divulgados, inclusive na Internet e ficarão à disposição da comunidade.

§ 1° O desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou em data acordada entre os Poderes.

§ 2° Ao final de cada mês ou período estipulado de comum acordo entre os Poderes Executivo e Legislativo, a Câmara Municipal poderá devolver na Tesouraria da Prefeitura Municipal a parcela não utilizada do duodécimo, nisso incluído o imposto de renda retido na fonte.

SEÇÃO XI
Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 38. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I) Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa, salvo aqueles que justificadamente comprovarem sua implantação por serem de interesse público;

II) Estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1° Não constitui infração a este artigo o inicio de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para atendimento dos projetos em andamento em conformidade com o anexo específico desta Lei, que contempla a relação das obras em andamento, bem como as respectivas dotações orçamentárias reservadas para sua continuidade ou conclusão no ano de **2023**.

§ 2° O sistema de controle interno fiscalizará e se necessário, demonstrará o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar n° 101/2000.

SEÇÃO XII
Das Despesas Consideradas Irrelevantes e as Despesas de Pronto Pagamento

Art. 39. Para fins do disposto no § 3°, do art. 16 da Lei Complementar n° 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapassar o previsto no art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei n° 8.666/93.

Art. 40. O adiantamento destinado ao atendimento de despesas de pronto pagamento a que alude o art. 68 da Lei Federal n° 4320/64 está limitado ao valor constante do art. 24, inciso II, da Lei n° 8.666/93, mensalmente ou a cada período de 30 (trinta) dias para cada servidor investido do poder de recebê-lo, devendo o seu processamento e utilização atender as normas estabelecidas pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) e na legislação municipal de regência.

Parágrafo único. Excepcionalmente, as despesas de viagens feitas a serviço de órgão ou entidade pública poderão, nos termos deste artigo, serão ressarcidas ao servidor mediante a apresentação dos documentos legais comprobatórios dos gastos realizados, desde que não exista previsão do pagamento de diárias em lei compatível e a fixação de seu correspondente valor em ato normativo próprio.

SEÇÃO XIII
Do art. 42 da LRF, dos Restos a Pagar e das demais disposições Pertinentes a Execução Orçamentária Anual

Art. 41. Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº 101/2000, assim como para fins de empenhamento de contratos administrativos firmados pela Administração e para fins de registro da execução orçamentária anual:

I) Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II) No caso de despesas relativas à prestação de serviços de natureza continuada destinados à manutenção da Administração Pública, bem como de obras cuja execução ultrapasse o exercício financeiro ou de despesas e contratos de fornecimento em geral, alusivos a empenhos globais, considerar-se-ão como compromissadas apenas as prestações cuja liquidação e/ou fornecimento deva se verificar no respectivo exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Parágrafo único. Para efeito de empenhamento da obrigação nas hipóteses acima indicadas, consideram-se como compromissadas apenas as prestações dos serviços, materiais ou obras cuja execução deva se verificar no respectivo exercício financeiro, observado o cronograma pactuado, ficando facultado ao ordenador de despesas da entidade proceder ao empenho de importância suficiente apenas para a quitação da parte do contrato a ser liquidada no respectivo exercício financeiro, empenhando-se o saldo remanescente do contrato, logo no início do exercício seguinte, ou alternativamente, caso resultem de empenhos globais, excluir o saldo remanescente dos empenhos não liquidados ao término do exercício.

§ 1º Na análise das disponibilidades financeiras, somente será considerada contraída a obrigação de despesa quando a mesma for liquidada, não sendo incluídas no cálculo da suficiência ou insuficiência financeira as despesas relativas aos restos a pagar não processados, tendo em vista que não existe direito líquido e certo ao recebimento desses valores pelos particulares, enquanto não efetivarem suas obrigações, mas mera expectativa de direito ao seu recebimento, bem como as despesas decorrentes de recursos conveniados cujos pagamentos se darão a contas de recursos advindos de outros Entes da Federação.

§ 2º Independente da escrituração contábil, a aferição das disponibilidades a que alude o art. 42 da LRF serão consideradas proporcionalmente aos períodos de sua liquidação, a exemplo do 13º salário dos servidores, encargos, despesas necessárias para enfrentamento da pandemia

COVID19, assim como demais despesas passíveis de ajustes em vista do princípio da evidenciação.

§ 3° Não serão consideradas despesas liquidadas a pagar decorrentes de débitos assumidos nos últimos dois quadrimestres as despesas decorrentes de atos materializados anteriormente ao período proibitivo, a exemplo da dívida flutuante parcelada, dos pagamentos de precatórios e demais despesas assim enquadráveis em razão de sua natureza jurídicas, assim como as decorrentes de força maior, tais como decisões judiciais e decorrentes de atos de independam da ação volitiva do Gestor, assim como despesas destinadas ao enfrentamento da pandemia COVID-19.

Art. 42. Fica o Poder Executivo autorizado a promover o cancelamento de restos a pagar não processados no final de cada exercício de modo a melhor evidenciar a execução orçamentária, evitando-se a apuração de déficit fundado em despesas não liquidadas causando indevida distorção dos resultados, podendo referidas despesas ser reempenhadas logo no início do exercício seguinte.

Parágrafo único. Para efeito de comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas da educação e da saúde serão consideradas as despesas inscritas em restos a pagar as que forem pagas até 31 de janeiro do exercício seguinte, conforme entendimento consolidado pelo TCESP.

CAPITULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal e da Lei Federal n° 4.320/64, a:

I) Realizar operações de crédito por antecipação da receita nos termos da legislação em vigor;

II) Abrir, durante o exercício e mediante decreto, créditos suplementares até o limite de **10% (dez por cento)** da despesa total fixada no orçamento, observado o disposto no artigo 43, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964;

III) Abrir créditos adicionais mediante decreto até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência, sem onerar o percentual a que alude o inciso anterior deste artigo;

IV) Realizar transposições, remanejamentos e transferências de dotações até o limite de **10% (dez por cento)** da despesa total fixada no orçamento, situação esta que não implicará em qualquer dedução do percentual autorizado no inciso II deste artigo (ADI 3.652, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 19-12-2006, Plenário, DJ de 16-3-2007).

§ 1° Ficam igualmente autorizados e não serão computados, para efeito do limite fixado no inciso "II" deste artigo, os casos de abertura de créditos adicionais suplementares destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes de precatórios judiciais e despesas a conta de recursos vinculados, dispensando-se a realização de novas audiências públicas para tanto.

§ 2° A suplementação através da edição de Decreto do Executivo a que alude o inciso II deste artigo, por encontrar autorização expressa na própria Lei Orçamentária, será utilizada para reforçar dotações insuficientemente consignadas no orçamento, ficando nos casos de utilização do aludido percentual, automaticamente alterados os valores dos anexos a que aludem os programas constantes do PPA e da LDO vigentes no respectivo exercício financeiro, dispensando-se a realização de novas audiências publicas para tanto.

§ 3° Quando se referir ao orçamento do Poder Legislativo, a suplementação a que alude o inciso II deste artigo, será direcionada formalmente por meio de ofício da Presidência da Câmara Municipal ao Executivo, o qual deverá indicar como recursos a anulação parcial ou total de suas próprias dotações orçamentárias, uma vez que a competência para edição dos respectivos Decretos de suplementação, bem como de toda e qualquer matéria de natureza orçamentária, a teor do disposto no art. 61, § 1°, inciso II, letra "b" da Constituição Federal é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. A dívida mobiliária refinanciada se houver, será devidamente atualizada pelo IGPM/FGV/SP - Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, até a data de sua efetiva liquidação, bem como por outro índice adotado pela municipalidade.

Art. Fica autorizado o Poder Executivo a promover o parcelamento de dívidas devidamente apuradas e inscritas na dívida flutuante ou escrituradas do rol de empenhos liquidados a pagar no exercício mediante acordo escrito, as quais serão devidamente escrituradas na dívida fundada, cujos empenhos registrados no ano ou constantes da dívida flutuante serão cancelados do passivo de curto prazo ou da execução orçamentária anual de modo a evitar duplicidades.

Art. 45. Enquanto não for devolvido o autógrafo da lei do orçamento, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês da proposta apresentada, atualizada em conformidade com o PPA, o que se materializará mediante edição de decreto do Executivo.

Parágrafo único. Caso a proposição seja reprovada ou rejeitada pelo Legislativo, os Poderes Executivo e Legislativo ficam expressamente autorizados a tomar como referência para execução orçamentária de **2023** os valores atualizados das respectivas dotações constantes no orçamento anterior, podendo ainda ser os valores totais atualizados em conformidade com os programas constantes do **Plano Plurianual (2022/2025)** ou da própria Lei de Diretrizes Orçamentárias de **2022**, podendo nas hipóteses previstas neste artigo e parágrafo único ser procedida a abertura do orçamento mediante Decreto.

Art. 46. Caso os valores previstos no anexo de metas fiscais se apresentarem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a autorizada.

Art. 47. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar, independentemente da realização de novas audiências públicas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, caso sejam detectadas distorções ou necessidades de eventuais ajustes.

Art. 48. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 49. Revogam-se as disposições em contrário.

Barrinha (SP), __ de ___ de ___.

JOSÉ MARCOS MARTINS
Prefeito(a) Municipal

LDO 2023 - ANEXO I

FINALIDADES COM OBJETO DE DESTINAÇÃO

DE RECURSOS AO TERCEIRO SETOR

VALOR ESTIMADO	FINALIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO
24.000,00	Ações de atendimento asilar em regime de abrigo a idosos, oferecendo-lhes atividades que contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade de vida nos aspectos biopsicossocial, em processo concomitante a satisfação de suas necessidades básicas de saúde física, mental, espiritual e de lazer, em consonância com seus objetivos estatutários, os quais preceituam a proteção humana das pessoas atendidas	Assistência Social
24.000,00	Recuperação de jovens e adultos alcoólicos e drogados menores e maiores de idade, buscando e oferecendo-lhes atividades que contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade de vida, tendo como meta a recuperação dos internados para a volta ao convívio da sociedade	Assistência Social
36.000,00	Assistência a pessoas que sofrem com enfermidades relacionadas ao câncer, com atividades administrativas e operacionais	Assistência Social
216.000,00	Promover abrigo e proteção de crianças desamparadas do sexo masculino, incluindo demais ações com vista à melhoria de sua qualidade de vida. Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 16 da Lei Federal n. 4320/64, que preconiza que o valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços	Assistência Social
216.000,00	Promover abrigo e proteção de crianças desamparadas do sexo feminino, incluindo demais ações com vista à melhoria de sua qualidade de vida. Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 16 da Lei Federal n. 4320/64	Assistência Social
24.000,00	Promover Saúde através de atendimento Médico-Hospitalar qualificado em oncologia	Saúde
24.000,00	Promover a pessoa com deficiência e as famílias vulnerabilizadas, possibilitando o acesso a bens e serviços, através das ações de prevenção, da articulação de políticas publicas e da defesa de direitos, favorecendo a qua-	Ensino Especial

	lidade de vida e impulsionando o processo de inclusão social	
30.000,00	Promover atendimento às pessoas portadoras de deficiência visual do município	Saúde
36.000,00	Dar abrigo e promover a recuperação de jovens e adultos alcoólicos e drogados, menores e maiores de idade. Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 16 da Lei Federal n. 4320/64	Assistência Social
60.000,00	Realização de serviços clínicos e cirúrgicos eletivos na área de oftalmologia, demanda reprimida da Secretaria Municipal de Saúde de Barrinha	Saúde
12.000,00	Promover ações que estabelece medidas de proteção aos animais, impedindo e reprimindo qualquer ato de crueldade, abandono, abuso, maus tratos contra os mesmos, recolhendo das ruas os animais abandonados, doentes, feridos, atropelados, proporcionando-lhes assistência veterinária emergencial, alimentação e abrigo	Assistência Social
12.000,00	Desenvolver projeto de iniciação instrumental, junto a munícipes e demais atividades de cunho musical afetas a banda municipal	Assistência Social

Barrinha (SP), __ de ___ de ___.

JOSÉ MARCOS MARTINS
Prefeito(a) Municipal

LDO 2023

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Art. 4°, § 3°, da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.

O compromisso da atual administração com o equilíbrio das contas públicas renova-se a cada edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A tarefa não se resume a prever gastos e receitas compatíveis entre si, mas estende-se ao exercício de identificação dos principais riscos a que as contas públicas estão sujeitas no momento da elaboração orçamentária, e, sobretudo, informar as providências a serem adotadas no caso de se concretizarem.

Esses riscos podem ser grosso modo, classificados em duas categorias diferentes: os riscos orçamentários e os riscos de dívida.

I – RISCOS ORÇAMENTÁRIOS: os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, de existir desvios entre as receitas ou despesas orçadas e as realizadas. Vejamos cada um deles e as respectivas providências que Administração deverá tomar no caso de sua concretização:

1. RISCO: AUMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS: eventual aumento de despesas com pessoal fora das situações normalmente esperadas.

a) Estimativa de Valor: calcula-se que ficará adstrito em valor não superior ao correspondente a 10% do valor mensal da folha de salários;
b) Providências a serem tomadas: diminuição dos cargos de provimento em comissão, bem como redução de horas extras e demais ajustes e medidas que impliquem na redução de despesas variáveis.

2. RISCO: QUEDA DE REPASSES DE TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS: variação nas receitas de transferências de convênios (transferências voluntárias) destinadas à manutenção de serviços e programas que podem ser extintos dependendo da voluntariedade ou disponibilidade financeira do ente concedente.

a) Estimativa de Valor: a presente variação ficará restrita em até 5% do previsto na LOA – **2023**.
b) Providências a serem tomadas: como cautela a Administração somente contrairá despesas de caráter transitório, podendo diante da concretização desse risco vir a cancelar os compromissos provisoriamente ajustados.

3. RISCO: FRUSTAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS: pode ocorrer em razão de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, bem como o crescimento real da economia nacional abaixo dos índices previstos.

a) Estimativa de Valor: para esse suposto evento fica estabelecido o limite correspondente a até 5% das Receitas Tributárias Próprias previstas na **LOA 2023**;
b) Providências a serem tomadas: para compensar essas variações agregadas, em relação às projeções das receitas, será realizada compensação das perdas materializadas mediante realocação e/ou redução de despesas não constitucionais, especialmente as de investimentos.

II – RISCOS DA DÍVIDA: a segunda categoria compreende os chamados riscos da dívida, que podem gerar ou não despesa primária. Vejamos cada um deles e as respectivas providências que Administração deverá tomar no caso de sua concretização:

1. RISCO: RISCOS DA DÍVIDA CONFIRMADA:
a) Estimativa de Valor: as dívidas registradas serão em sua grande maioria custeadas com recursos de convênios, ficando estimada eventual contrapartida em montante correspondente a 30% da Reserva de Contingência;
b) Providências a serem tomadas: manutenção do equilíbrio entre as receitas e as despesas e/ou a reprogramação de despesas como, por exemplo, o corte em despesas acessórias.

2. RISCO: PASSIVOS CONTINGENTES: outra fonte de riscos de dívida são os chamados passivos contingentes, isto é, dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como, embora não exclusivamente, os processos judiciais que envolvem o Município. Cumpre lembrar que a mensuração destes passivos muitas vezes é difícil e imprecisa. Também merece registro o fato de que a simples existência de passivos dessa natureza não implica ou infere probabilidade de ocorrência, em especial aqueles que envolvem disputas judiciais. Ao contrário, a Assessoria Jurídica vem despendendo um grande esforço no sentido de defender a legalidade dos atos do Executivo.

a) Estimativa de Valor: calcula-se que ficará adstrito em valor não superior ao correspondente a 1% da RCL.
b) Providências a serem tomadas: redução de despesas correntes de caráter provisório, assim como o acionamento da política fiscal visando neutralizar eventuais perdas, de forma a garantir a solvência do setor público, podendo-se citar em oposição a esses passivos contingentes, os ativos contingentes, isto é, aqueles direitos do Município que estão sujeitos a decisão judicial para o recebimento. É o caso da parcela da dívida ativa da Fazenda Municipal, não incluída na Lei Orçamentária, que, uma vez recebida, implicará em receita adicional para o governo municipal.

Por fim, cumpre-nos salientar que no caso de alguma das medidas acima não for suficiente para conter os riscos previstos ou na iminência de riscos fiscais supervenientes estes serão socorridos com valor estabelecido para a reserva de contingência, bem como redução das despesas correntes.

Barrinha (SP), __ de ___ de ___.

JOSÉ MARCOS MARTINS
Prefeito(a) Municipal

PLANO DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

ANEXO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2023

EMENDA CONSTITUCIONAL N. 99/2017.

A Emenda Constitucional n. 99/2017 ampliou o prazo para pagamento de precatórios consoante nova redação ao artigo 101 do ADCT, permitindo o pagamento de precatórios até 31/12/2024, a saber:

> (...)
>
> **Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2024**, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local."
>
> (...) negritamos.

No que se refere ao percentual aplicado na vigência do regime especial, eis que dispõe o artigo 101 do ADCT com redação data pela EC. n. 99/2017 o pagamento não poderá ser inferior ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local, tem-se por atendida referida regra.

Portanto, conclui-se que o percentual proposto não está sendo inferior ao praticado na data de entrega em vigor da Emenda Constitucional indicada no artigo 101 da ADCT, ou seja, 25/03/2015.

Desse modo, conforme demonstrado pela a municipalidade, com a vigência da Emenda Constitucional n. 99/2017 o valor da dívida a ser pago até 2024, portanto, em 07 (sete) parcelas anuais, iniciando-se em 2018 conterá valor suficiente para sua quitação no período indicado, correspondendo ao valor mensal a ser ajustado mensalmente em razão da variação da receita corrente líquida mensal.

O valor será apresentado em Plano de Pagamento de Precatórios para pagamento no exercício de **2023** contendo valores detalhados e será apresentado junto ao DEPRE para homologação conforme resolução editada pelo Conselho Nacional de Justiça, devendo o projeto de lei orçamentária consignar os valores necessários para seu cumprimento.

JOSÉ MARCOS MARTINS
Prefeito(a) Municipal

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo I - Planejamento Orçamentário/Fontes de Financiamento dos Prog. Gover.
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Dados Enviados ao Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: LDO2023 Data: 01/07/2022 Tipo: Projeto de
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		Receitas Previstas 2023	
		Direta	Indireta
Receitas Correntes			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	125.336.760,00	-
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.088.821,20	-
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	1.714.000,00	-
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	980.386,35	-
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	4.711.471,60	-
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	105.925.609,00	-
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	916.471,85	-
Total de Receitas		**125.336.760,00**	**-**
Deduções da receita			
FUNDEB			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	11.078.760,00	-
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	11.078.760,00	-
Total das Deduções		**11.078.760,00**	**-**
Total Liquido das Receitas		**114.258.000,00**	**-**
Total Geral		**114.258.000,00**	

Lei

Total
125.336.760,00
11.088.821,20
1.714.000,00
980.386,35
4.711.471,60
105.925.609,00
916.471,85
125.336.760,00
11.078.760,00
11.078.760,00
11.078.760,00
114.258.000,00

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

INICIAL

PROGRAMA
Operações Especiais

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 0

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
ADMINISTRACAO GERAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20201

OBJETIVO
Consiste em despesas que não contribuem para manutenção das ações de governo das quais não resultam um produto e não geram contra-prestação direta sob forma de bens ou serviços.

JUSTIFICATIVA
Portaria STN n.42 de 14/04/1999.

METAS/INDICADORES NO EXERCICIO

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
MONTANTE DA DÍVIDA PRECATÓRIOS	PARCELAS	12,00	12,00
Parcelas PASEP	Qtde	12,00	12,00
Parcelamento INSS	PARCELAS	12,00	12,00
Parcelamento CPFL	PARCELAS	12,00	12,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 6.256.700,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Processo Legislativo

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 1

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
CORPO LEGISLATIVO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 10101

OBJETIVO
Proporcionar os meios necessários para o desenvolvimento e melhoria dos trabalhos administrativos da Casa. Garantir recursos para Reforma e Manutenção do Edifício Sede do Legislativo.

JUSTIFICATIVA
Para desempenhar com eficiência as funções de sua competência, cumprir as obrigações legais a Câmara necessitar contar com adequada estrutura física e organizacional.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
REUNIÕES PLENARIAS	REUNI	22,00	22,00
NÚMERO DE VEREADORES	VEREADORE	11,00	11,00
OBRAS SEDE LEGISLATIVO	m²	20,00	20,00
NÚMERO DE SERVIDORES	SERV	26,00	26,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES	%	100,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 3.659.950,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Supervisão e Coordenação Superior

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 3

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
GABINETE DO PREFEITO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20101

OBJETIVO
Promover Ações Relacionadas ao Exercício de Direção, Coordenação e Assessoramento.

JUSTIFICATIVA
Garantir a Funcionalidade Plena das Atividades Governamentais.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
NÚMERO DE SERVIDORES	SERV	12,00	12,00
SERVIÇOS BUROCRÁTICOS	%	100,00	100,00
Chefe do Poder Executivo e Vice	PESS	2,00	2,00
Controladoria Intetrna	SERV	1,00	1,00
Relatorios da Controladoria	und	3,00	3,00
REuniaos Administrativas	Qtde	12,00	12,00
Visitas a Secretarias e Ministerios	Qtde	6,00	6,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 757.120,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Fundo Social de Solidariedade

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 4

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20102

OBJETIVO
Ampliar e desenvolver projetos sociais para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população. Incentivar a solidariedade educativa, implementando ações voltadas a capacitação profissional.

JUSTIFICATIVA
Deve enfrentar as consequências da exclusão social e mobilização popular, na construção de formas de superação ou minimização da fome e da miséria.

METAS/INDICADORES NO EXERCICIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
ATENDIMENTO A PESSOAS	PESS	25000,00	25000,00
Distribuição de Cestas Basicas	Qtde	1750,00	1800,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 40.000,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Amparo, Entretimento e Proteção ao Menor

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 5

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
FUNDO DA CRIANCA E ADOLESCENTE (CMDCA)

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20103

OBJETIVO
Promover ações relacionadas a segurança, formação e bem estar da criança e do adolescente.

JUSTIFICATIVA
Oferecer as crianças e adolescentes as garantias mínimas previstas pela Constituição e pelo seu Estatuto.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
ATENDIMENTO A PESSOAS	PESS	5000,00	5500,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 17.700,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Serviço Militar

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 6

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
JUNTA DE SERVICO MILITAR

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20104

OBJETIVO
Promover ações relacionadas à Administração exercida continuamente referente à execução de serviços da Junta Militar.

JUSTIFICATIVA
Dotar o Governo Municipal ferramentas necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades administrativas referente à Junta Militar.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Indice Recente**	**Indice Futuro**
NÚMERO DE ALISTAMENTO	ALIST	322,00	335,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 9.200,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Suporte Administrativo

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 7

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
ADMINISTRACAO GERAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20201

OBJETIVO
Promover ações relacionadas à Administração exercida continuamente referente a execução de diversos programas, inclui elaboração do Plano Diretor, Concurso Público, Reforma Administrativa e etc.

JUSTIFICATIVA
Dotar o Governo Municipal ferramentas necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades administrativas.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
SERVIÇOS BUROCRÁTICOS	%	100,00	100,00
População do Municipio	POP	33600,00	33700,00
No de Empenhos e Liquidações	Qtde	7600,00	7700,00
Publicidade Legal	CM2	1500,00	1500,00
Publicidade Institucional	CM2	700,00	700,00
Numeros de Editais Audiencias Publicas	Qtde	20,00	20,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 6.319.144,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Ensino Infantil

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 8

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
ENSINO INFANTIL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20301

OBJETIVO
Assegurar o desenvolvimento integral da crianças até cinco anos de Idade, em seus aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

JUSTIFICATIVA
Crianças de zero a cinco anos Direito Constitucional concedido sob a rubrica da gratuidade, a exemplo do ensino fundamental, inexiste discricionariedade do Poder Público.

METAS/INDICADORES NO EXERCICIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
NÚMERO DE ALUNOS	AL	1550,00	1560,00
NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES	ESC	11,00	11,00
NÚMERO DE PROFESSORES INFANTIL	PROF	6,00	8,00
REFORMA EMEI EVA BARROSO	m²	1,00	0,00
Construção da EMEI Rosali Ap S. Saleh	m²	649,70	0,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 514.236,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Educação Especial

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 9

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
EDUCAÇÃO ESPECIAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20302

OBJETIVO
Garantir políticas públicas educacionais que atendam a uma proposta pedagógica e assegure recursos especiais organizados para complementar e suplementar as atividades educacionais de modo a promover o desenvolvimento de potencialidades dos educandos portadores de necessidades especiais.

JUSTIFICATIVA
Constitui dever do poder Público o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Inspirada nos ideais de solidariedade humana, a educação pública gratuita dever garantida pelo Estado.

METAS/INDICADORES NO EXERCICIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
NÚMERO DE ALUNOS	AL	64,00	70,00
NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES	ESC	1,00	1,00
Numero de Professores Ensino Especial	PESS	6,00	8,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 220.600,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Ensino Fundamental

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 10

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
ENSINO FUNDAMENTAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20303

OBJETIVO
Desenvolver o educando para o exercício de cidadania, instrumentalizando-o para o mundo do trabalho ou para o prosseguimento dos estudos. Atender a demandas das crianças e adolescentes de seis a catorze anos, através da construção, reforma e ampliação das escolas da rede municipal do ensino fundamental, garantindo a formação permanente de seus profissionais, sua manutenção, seus equipamentos, materiais permanentes e de consumo, alimentação, assim como projetos pertinentes.

JUSTIFICATIVA
Necessidade da expansão e a garantia da oferta da segunda etapa da educação básica, prescrito pelo artigo 211, parágrafo 2º, da Constituição Federal.

METAS/INDICADORES NO EXERCICIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
OBRAS ENSINO FUNDAMENTAL	m²	1,00	1,00
NÚMERO DE ALUNOS	AL	1451,00	1500,00
Predilos Escolares	Qtde	10,00	10,00
Transporte Escolar	AL	15,00	17,00
No Formação Continuada	PROF	4,00	6,00
N Reformas Escolares	und	6,00	11,00
No Ampliação Escolares	und	1,00	2,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 9.372.631,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Fundeb Fundamental

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 11

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
FUNDEB 70%

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20304

OBJETIVO
Promover ações que objetivam atender as atividades educacionais na população na faixa de obrigatoriedade escolar e com fácil acesso a escola.

JUSTIFICATIVA
Oferecer aos estudantes as condições necessárias ao pleno desenvolvimento do aprendizado e condições de frequência as aulas.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
OBRAS FUNDEB FUNDAMENTAL	m²	1,00	1,00
NÚMERO DE PROFESSORES FUNDAMENTAL	PROF	541,00	550,00
NÚMERO DE ALUNOS	AL	1451,00	1500,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 25.549.900,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Fundeb Infantil

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 12

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
FUNDEB 70%

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20304

OBJETIVO
Promover ações que objetivam atender as atividades educacionais na população na faixa de obrigatoriedade escolar e com fácil acesso a escola.

JUSTIFICATIVA
Oferecer aos estudantes as condições necessárias ao pleno desenvolvimento do aprendizado e condições de frequência as aulas.

METAS/INDICADORES NO EXERCICIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
NÚMERO DE PROFESSORES INFANTIL	PROF	104,00	110,00
NÚMERO DE ALUNOS	AL	1550,00	1550,00
OBRAS FUNDEB INFANTIL	m²	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 10.220.570,20**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Fundeb EJA

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 13

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
FUNDEB 70%

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20304

OBJETIVO
Promover ações que objetivam atender as atividades educacionais na população na faixa de obrigatoriedade escolar e com fácil acesso a escola.

JUSTIFICATIVA
Oferecer aos estudantes as condições necessárias ao pleno desenvolvimento do aprendizado e condições de frequência as aulas.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
NÚMERO DE PROFESSORES EJA	PROF	21,00	23,00
ALUNOS EJA	AL	170,00	190,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 109.060,80**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Merenda Escolar

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 14

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
MERENDA ESCOLAR

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20306

OBJETIVO
Promover ações que objetivam proporcionar alimentação de qualidade aos alunos da Educação Básica e Ensino Médio.

JUSTIFICATIVA
Proporcionar aos alunos da rede pública alimentação necessária no perídio de frequência as aulas.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
NÚMERO DE REFEIÇÕES	REF	9780,00	11160,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 3.485.600,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Cultura

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 15

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
CULTURA

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20307

OBJETIVO
Incentivar a criação e difusão das expressões artistico-culturais, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de produção cultural, propiciando a inclusão social e prática da cidadania.

JUSTIFICATIVA
Garantir a todos cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso as fontes de cultura nacional apoiando e incentivando a valorização da difuão das manifestações culturais.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Indice Recente**	**Indice Futuro**
NÚMERO DE PARTICIPANTES	PART	5000,00	5000,00
Aniversario da Cidade	Qtde	1,00	1,00
Festas Juninas	Qtde	1,00	1,00
Reveillon	Qtde	1,00	1,00
Carnaval	Dias	4,00	4,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 123.650,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Esporte e Lazer

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 16

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
ESPORTE, LAZER E TURISMO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20401

OBJETIVO
Promover ações que visam recreação e lazer de caráter comunitário extensivo a população de maneira geral e atividades pertinentes aos esportes praticados por amadores.

JUSTIFICATIVA
Proporcionar a população formas de recreação e lazer e incentivar a prática esportiva.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
OBRAS DO ESPORTE	m²	100,00	100,00
NÚMERO DE EVENTOS ESPORTIVOS	EVEN	6,00	6,00
NÚMERO DE PARTICIPANTES	PART	5000,00	5000,00
Super Copa - Futebol	Qtde	1,00	1,00
Taça EPTV Futsal	Qtde	1,00	1,00
Campeonato Master Futebol Campo	Qtde	1,00	1,00
Campeonato Amador Futebol Campo	Qtde	1,00	1,00
Torneio Primeiro de Maio Futebol Campo	Qtde	1,00	1,00
Torneio Gospel Futsal	Qtde	1,00	1,00
Praça Esportiva Conv. 916545/2021	m²	1,00	0,00
REF.AMPL. ESTADIO MUNICIPAL	m²	206,00	0,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 349.504,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Assistência Social

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 18

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20601

OBJETIVO
Promover e garantir a execução das ações preconizadas na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social, através do acolhimento e atendimento das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social e/ou pessoal, proporcionando o acesso as oportunidades com vistas a autonomia e emancipação.

JUSTIFICATIVA
A Assistência Social no Brasil prevista na Constituição Federal de 1.988, e regulamentada pela Lei n.º 8.742 de 07 de dezembro de 1.993 (LOAS), é um política pública. A organização e a execução dos serviços do FMAS tem como base as diretrizes da LOAS.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
Predio Fdo Municipal Assistencia Social	und	1,00	1,00
CENTRO DO IDOSO	und	1,00	1,00
Numeros de Cestas Basicas Distribuidas	Qtde	2050,00	2100,00
Bolsa Familia	Fam. Atend	1710,00	1715,00
Numkero de Familias Atendidas	Qtde	6670,00	6680,00
Aulas de Artesanato	PESS	280,00	290,00
Crianças e Jovens Atendidos	PESS	384,00	390,00
Cesta Basica	Fam Cadast.	2662,00	2662,00
Leite Integral	Fam Cadast.	2008,00	2008,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 2.646.240,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Serviços Municipais

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 19

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
SERVIÇOS MUNICIPAIS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20701

OBJETIVO
Promover ações que visam a limpeza e varrição de vias públicas, administração e manutenção de cemitérios, praças, parques e jardins, arborização e remoção de lixo domiciliar.

JUSTIFICATIVA
Prover o município de meios necessários, manutenção e desenvolvimento dos serviços de utilidade pública.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
OBRAS RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	m²	7076,80	0,00
ATENDIMENTO POPULACIONAL	POP	33600,00	33700,00
Recap. Adeq. Vias Pub. Urbanas Conv 917013/2021	m²	1,00	0,00
Pav. Recap. Adeq. Vias Pub. Urb. Conv 916578/2021	m²	1,00	0,00
Iluminação Publica	und	1,00	0,00
Construção Banheiro Municipal (Av. Dr. Gumercindo Veludo)	m²	190,00	0,00
Reforma Guarda Municipal (Av. Dr. Gumercindo Veludo)	m²	115,00	0,00
Infraestrutura (Iluminação Publica) conv. 100254/2022	und	330,00	0,00
Base Areninha	m²	1404,00	0,00
Base Academia Ar Livre	m²	84,50	0,00
Base Container para PET	m²	194,83	0,00
Pavimentação e Recapeamento	m²	6047,00	0,00
Ref. Praça Florentino Linharde	m²	5498,00	0,00
Reforma Canil Municipal	m²	1,00	0,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 9.488.120,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Saneamento Geral

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 20

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
SANEAMENTO GERAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20702

OBJETIVO
Promover ações em benefício das comunidades, no que se refere a melhoria do nível de higiene pública, inclui o controle das regiões e logradouros insalubres e outros possíveis focos que atendem a Saúde Pública.

JUSTIFICATIVA
Implantar em residências e áreas mais carentes ocndições mínimas de higiene.

METAS/INDICADORES NO EXERCICIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Indice Recente**	**Indice Futuro**
OBRAS SANEAMENTO	m²	120,00	130,00
NÚMEROS DE LIGAÇÕES DE ÁGUA	LIG	6245,00	6300,00
NÚMERO DE LIGAÇÕES DE ESGOTO	LIG	6245,00	6300,00
PROJETO ETE	und	1,00	0,00
Aq.Montagem Reserv. e Tubulações	m²	1,00	0,00
ADEQ.POÇOS ART. INST. DE MACRO MEDIDORES	m²	21,00	0,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 6.306.920,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Agricultura

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 21

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
AGRICULTURA

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20801

OBJETIVO
Promover ações que objetivam proporcionar assistência ao Prdoutor Rural, visando orientá-lo para novos processos de produção, conservação do solo, melhor desempenho do setor e aumento da produção e/ou produtividade. Garantir recursos para a produção de mudas de árvores, plantas, flores, visando o desenvolvimento e a preservação do meio rural, a arborização dos logradouros públicos e a ampliação da área verde da cidade.

JUSTIFICATIVA
Oferecer aos produtores rurais do município, assistência técnica, visando melhores condições de desenvolvimento de suas atividades. As arvores são essenciais a vida do homem urbano. Entre tanto benefícios, reduzem a poluição do ar, equilibram a temperatura, protegem o lençol freático e embelezam a paisagem.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
NÚMERO DE PRODUTORES RURAIS	PROD	263,00	263,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 17.500,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Meio Ambiente

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 22

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20802

OBJETIVO
Promover ações que objetivam proporcionar assistência ao Prdoutor Rural, visando orientá-lo para novos processos de produção, conservação do solo, melhor desempenho do setor e aumento da produção e/ou produtividade. Garantir recursos para a produção de mudas de árvores, plantas, flores, visando o desenvolvimento e a preservação do meio rural, a arborização dos logradouros públicos e a ampliação da área verde da cidade.

JUSTIFICATIVA
Oferecer aos produtores rurais do município, assistência técnica, visando melhores condições de desenvolvimento de suas atividades. As arvores são essenciais a vida do homem urbano. Entre tanto benefícios, reduzem a poluição do ar, equllibram a temperatura, protegem o lençol freático e embelezam a paisagem.

METAS/INDICADORES NO EXERCICIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
KM AREA PRESERVADA	AREA	181250,00	181250,00
AREA TOTAL DO MUNICÍPIO	AREA	144,00	144,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 85.500,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
CONSELHO TUTELAR

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 24

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
CONSELHO TUTELAR

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20105

OBJETIVO
DIPOR DE APARELHAMENTO CONSTITUIDO DE PESSOAS PREPARADAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES NO SENTIDO DE VIABILIZAR UM ATENDIMENTO PERMANENTE À DEMANDA PROVOCADAS NA ATENÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

JUSTIFICATIVA
DEVIDO AO ALTO INDICE DE FAMILIAS QUE VIVEM ABAIXO DA LINHA DA POBREZA, OS PROBLEMAS COMPORTAMENTAIS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE TENDEM A PROVOCAR INQUETAÇÃO SOCIAL, ASSIM, TORNA-SE IMPERIOS A EXISTENCIA DE UMA ESTRUTURA ARROJADA DE MODO A ENFRENTAR ESTA QUESTÃO, VIA DE REGRA ATINGE DIRETAMENTE UM SEGMENTO IMPORTANTE DA COMUNIDADE.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
Conselheiros	PESS	5,00	5,00
Reuniões Anuais	Qtde	12,00	12,00
Veículos	Qtde	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 201.000,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Administração

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 26

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
ADMINISTRACAO GERAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20201

OBJETIVO
Promover ações relacionadas à Segurança Publica no município.
JUSTIFICATIVA
Melhorar segurança publica no município, dando mais segurança aos munícipes

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Horas Trabalhadas	Horas	11680,00	11680,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 156.000,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
GESTÃO EM SAUDE

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 27

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20501

OBJETIVO
Promover ações relacionadas com a criação e manutenção de infra-estrutura para prestação de serviços médicos, dos ambulatórios, postos de saúde e escolas. Além de reforçar no contexto das ações de saúde que ainda preserva uma conotação curativa, para uma ótica preventiva e de promoção à saúde e continuar direcionando os investimentos para as ações e promoção a Atenção Básica.

JUSTIFICATIVA
Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, considerando a carta da saúde que tem como princípio, a "Saúde direito de todos e dever do Esatdo", agora fortalecido pelo "Pacto pela Vida", "Pacto de Gestão" e o "Pacto em defesa do SUS", visando a redução do risco de agravo e ampliação do acesso universal e igulitário às ações para a sua promoção, proteção e recuperação, com equidade, diminuindo as desiguldades e promovendo serviços de qualidade.

METAS/INDICADORES NO EXERCICIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Indice Recente**	**Indice Futuro**
OBRAS SAUDE	m²	1,00	1,00
NÚMERO DE CONSULTAS	CON	175394,00	177148,00
Numero de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) das 4 principais DCNT	PESS	39,00	39,00
Proporção de óbitos de Mulheres em Idade Fértil (MIF) Investigados	%	90,90	91,80
Proporção de Registro de Óbitos com causa básica definida	%	97,90	98,90
Prop. de vacinas selecionadas do CNV para crianças (2 anos - pentavalente 3a dose, pneumocócica 10-valente, 2a, Poliomilite 3a, Tríplice viral 1a, com cobertura vacinal preconizada	%	100,00	100,00
Prop. de casos de doenças de notif. compuls. imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após notificação	%	100,00	100,00
Prop. de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	%	100,00	100,00
Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade	CRIAN	4,00	4,00
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 64 anos na população residente de determinado local e da mesma faixa etária	Razão	0,17	0,18
Razão de exames citopatolicos do colo do utero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	Razão	1,50	0,60
Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar	%	45,50	46,00
Proporção de Gravidez na adolecência entre as faixas etáriaos 10 a 19 anos	%	12,00	11,00
Taxa de Mortalidade Infantil	CRIAN	16,50	15,00
Cobertura Populacional Estimada pelas equipes de atenção básica	%	35,30	35,70
Cobertura de acompanhamento das condicionalidade de saúde do prog. bolsa familia	%	94,90	95,80
Cobertura populacional estimada de saude bucal na atenção basica	%	75,70	76,50
Numero de ciclos que atingiram minimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Ciclo	4,00	4,00
Prop. de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	%	100,00	100,00
Covid 19 - Qtde de Casos	PESS	5164,00	5424,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 40m.

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

Covid 19 - qtde de obitos	PESS	121,00	118,00
Covid 19 - qtde de curados	PESS	5267,00	5794,00
Quantidade doses aplicadas acumuladas	und	66000,00	118000,00
REF. UNIDADE MISTA DE SAUDE	m²	114,20	0,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 27.208.154,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA
Reserva de Contingência

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 99

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
ADMINISTRACAO GERAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20201

OBJETIVO
Manter reserva visando o atendimento de Passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

JUSTIFICATIVA
Atendimento ao art.5º, III da LC 101 04/05/2000.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Futuro**
PERCENTUAL	%	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**R$ 1.143.000,00**
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA OS PROGRAMAS			**R$ 114.258.000,00**

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
CORPO LEGISLATIVO		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**01.01.01**
FUNÇÃO		
Legislativa		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**1**
SUBFUNÇÃO		
Ação Legislativa		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**31**
PROGRAMA		
Processo Legislativo		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**1**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTNÇÃO DO CORPO LEGISLATIVO		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**1**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
22,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	1.618.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
CORPO LEGISLATIVO		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	01.01.01
FUNÇÃO		
Legislativa		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	1
SUBFUNÇÃO		
Previdência Básica		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	271
PROGRAMA		
Processo Legislativo		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	1
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTNÇÃO DO CORPO LEGISLATIVO		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	1

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
22,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	357.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
CORPO LEGISLATIVO		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**01.01.01**
FUNÇÃO		
Legislativa		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	1
SUBFUNÇÃO		
Previdência do Regime Estatutário		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	272
PROGRAMA		
Processo Legislativo		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	1
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTNÇÃO DO CORPO LEGISLATIVO		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	1

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
22,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	150,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
SECRETARIA DA CAMARA		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**01.01.02**
FUNÇÃO		
Legislativa		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	1
SUBFUNÇÃO		
Ação Legislativa		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	31
PROGRAMA		
Processo Legislativo		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	1
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE		
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº**	1

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
10,00	m²
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	1.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
SECRETARIA DA CAMARA		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**01.01.02**
FUNÇÃO		
Legislativa		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	1
SUBFUNÇÃO		
Ação Legislativa		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	31
PROGRAMA		
Processo Legislativo		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	1
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	2

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
26,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	1.512.800,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
SECRETARIA DA CAMARA		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	01.01.02
FUNÇÃO		
Legislativa		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	1
SUBFUNÇÃO		
Previdência Básica		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	271
PROGRAMA		
Processo Legislativo		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	1
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	2

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
26,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	171.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
GABINETE DO PREFEITO		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.01.01**
FUNÇÃO		
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**4**
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**122**
PROGRAMA		
Supervisão e Coordenação Superior		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**3**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO GABINETE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**3**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
12,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	757.120,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.01.02**
FUNÇÃO		
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**8**
SUBFUNÇÃO		
Assistência Comunitária		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**244**
PROGRAMA		
Fundo Social de Solidariedade		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**4**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**4**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
48.000,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	40.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO DA CRIANCA E ADOLESCENTE (CMDCA)		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.01.03**
FUNÇÃO		
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**8**
SUBFUNÇÃO		
Assistência à Criança e ao Adolescente		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**243**
PROGRAMA		
Amparo, Entretimento e Proteção ao Menor		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**5**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO CMDCA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**5**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
5.000,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	17.700,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
JUNTA DE SERVICO MILITAR		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.01.04**
FUNÇÃO		
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**4**
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**122**
PROGRAMA		
Serviço Militar		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**6**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DA JSM		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**6**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
275,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	9.200,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
CONSELHO TUTELAR		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.01.05**
FUNÇÃO		
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**8**
SUBFUNÇÃO		
Assistência à Criança e ao Adolescente		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**243**
PROGRAMA		
CONSELHO TUTELAR		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**24**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO GERAL DO CONSELHO TUTELAR		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**26**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
5,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	201.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ADMINISTRACAO GERAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.02.01**
FUNÇÃO		
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**4**
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**122**
PROGRAMA		
Suporte Administrativo		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**7**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**7**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
100,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	6.298.344,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA		
ADMINISTRACAO GERAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	02.02.01
FUNÇÃO		
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	4
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	122
PROGRAMA		
Suporte Administrativo		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	7

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE		
PROPAGANDA E PUBLICIDADE OFICIAL		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	23

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
12,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	20.800,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ADMINISTRACAO GERAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.02.01**
FUNÇÃO		
Segurança Pública		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**6**
SUBFUNÇÃO		
Policiamento		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**181**
PROGRAMA		
Administração		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**26**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
Cidade Segura		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**27**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
156.000,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	156.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ADMINISTRACAO GERAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.02.01**
FUNÇÃO		
Encargos Especiais		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**28**
SUBFUNÇÃO		
Serviço da Dívida Interna		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**843**
PROGRAMA		
Operações Especiais		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**0**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
OPERAÇÃO ESPECIAL		
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS		
CÓDIGO DA OPERAÇÃO ESPECIAL	**Nº**	**1**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
12,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	2.731.100,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ADMINISTRACAO GERAL		
CODIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.02.01**
FUNÇÃO		
Encargos Especiais		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**28**
SUBFUNÇÃO		
Serviço da Dívida Interna		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**843**
PROGRAMA		
Operações Especiais		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**0**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
OPERAÇÃO ESPECIAL		
DIVIDAS CONTRATADAS		
CÓDIGO DA OPERAÇÃO ESPECIAL	**Nº**	**3**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
12,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	2.380.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ADMINISTRACAO GERAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	02.02.01
FUNÇÃO		
Encargos Especiais		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	28
SUBFUNÇÃO		
Outros Encargos Especiais		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	846
PROGRAMA		
Operações Especiais		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	0
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
OPERAÇÃO ESPECIAL		
Contribuição ao PASEP		
CÓDIGO DA OPERAÇÃO ESPECIAL	**Nº**	2

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
12,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	1.145.600,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ADMINISTRACAO GERAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.02.01**
FUNÇÃO		
Reservas		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**99**
SUBFUNÇÃO		
Reserva de Contingência		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**999**
PROGRAMA		
Reserva de Contingência		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**99**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
Reserva de Contingência		
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº**	**999**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	1.143.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ENSINO INFANTIL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	02.03.01
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	12
SUBFUNÇÃO		
Educação Infantil		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	365
PROGRAMA		
Ensino Infantil		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	8
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO PRÉDIO ENSINO INFANTIL		
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº**	2

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
100,00	m²

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	1.000,00

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ENSINO INFANTIL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.03.01**
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**12**
SUBFUNÇÃO		
Educação Infantil		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**365**
PROGRAMA		
Ensino Infantil		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**8**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**8**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
950,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	411.936,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ENSINO INFANTIL		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.03.01
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	12
SUBFUNÇÃO		
Educação Infantil		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	365
PROGRAMA		
Ensino Infantil		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	8
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	29

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
950,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	101.300,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA			
EDUCAÇÃO ESPECIAL			
CÓDIGO DA UNIDADE		**Nº**	**02.03.02**
FUNÇÃO			
Educação			
CÓDIGO DA FUNÇÃO		**Nº**	**12**
SUBFUNÇÃO			
Educação Especial			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		**Nº**	**367**
PROGRAMA			
Educação Especial			
CÓDIGO DO PROGRAMA		**Nº**	**9**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE			
MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			
CÓDIGO DA ATIVIDADE		**Nº**	**9**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
90,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	220.600,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ENSINO FUNDAMENTAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	02.03.03
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	12
SUBFUNÇÃO		
Ensino Fundamental		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	361
PROGRAMA		
Ensino Fundamental		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	10
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
CONSTRUÇÃO, REFORMAS, AMPLIAÇÃO		
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº**	24

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
100,00	m²

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	50.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA		
ENSINO FUNDAMENTAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	02.03.03
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	12
SUBFUNÇÃO		
Ensino Fundamental		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	361
PROGRAMA		
Ensino Fundamental		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	10

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	10

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
4.990,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	9.322.631,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDEB 70%		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	02.03.04
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	12
SUBFUNÇÃO		
Ensino Fundamental		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	361
PROGRAMA		
Fundeb Fundamental		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	11
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDEB FUNDAMENTAL		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	11

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
200,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	19.417.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDEB 70%		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.03.04**
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**12**
SUBFUNÇÃO		
Educação Infantil		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**365**
PROGRAMA		
Fundeb Infantil		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**12**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDEB INFANTIL - CRECHE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**12**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
915.00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	5.738.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDEB 70%		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.03.04**
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**12**
SUBFUNÇÃO		
Educação Infantil		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**365**
PROGRAMA		
Fundeb Infantil		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**12**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDEB INFANTIL - PRE-ESCOLA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**28**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
915,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	1.896.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA		
FUNDEB 70%		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	02.03.04
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	12
SUBFUNÇÃO		
Educação de Jovens e Adultos		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	366
PROGRAMA		
Fundeb EJA		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	13

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDEB EJA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	13

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
250,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	95.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA			
FUNDEB 30%			
CÓDIGO DA UNIDADE		**Nº**	**02.03.05**
FUNÇÃO			
Educação			
CÓDIGO DA FUNÇÃO		**Nº**	**12**
SUBFUNÇÃO			
Ensino Fundamental			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		**Nº**	**361**
PROGRAMA			
Fundeb Fundamental			
CÓDIGO DO PROGRAMA		**Nº**	**11**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO			
CONSTRUÇÃO, REFORMAS, AMPLIAÇÃO			
CÓDIGO DO PROJETO		**Nº**	**31**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
100,00	m²

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	10.400,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal:** LDO2023 **Data:** 01/07/2022 **Tipo:** Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDEB 30%		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.03.05
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	12
SUBFUNÇÃO		
Ensino Fundamental		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	361
PROGRAMA		
Fundeb Fundamental		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	11
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDEB FUNDAMENTAL		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	11

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
5.100,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	6.122.500,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDEB 30%		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.03.05**
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**12**
SUBFUNÇÃO		
Educação Infantil		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**365**
PROGRAMA		
Fundeb Infantil		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**12**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
CONSTRUÇÃO, REFORMAS, AMPLIAÇÃO		
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº**	**32**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
100,00	m²

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	10.816,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDEB 30%		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.03.05
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	12
SUBFUNÇÃO		
Educação Infantil		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	365
PROGRAMA		
Fundeb Infantil		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	12
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDEB INFANTIL - CRECHE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	12

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
926.00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	1.962.903,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDEB 30%		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.03.05**
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**12**
SUBFUNÇÃO		
Educação Infantil		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**365**
PROGRAMA		
Fundeb Infantil		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**12**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDEB INFANTIL - PRE-ESCOLA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**28**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
926,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	612.851,20

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA		
FUNDEB 30%		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.03.05
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	12
SUBFUNÇÃO		
Educação de Jovens e Adultos		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	366
PROGRAMA		
Fundeb EJA		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	13

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDEB EJA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	13

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
252.00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	14.050,80

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
MERENDA ESCOLAR		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.03.06**
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**12**
SUBFUNÇÃO		
Alimentação e Nutrição		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**306**
PROGRAMA		
Merenda Escolar		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**14**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**14**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
373.000,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	3.485.600,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA		
CULTURA		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	02.03.07
FUNÇÃO		
Cultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	13
SUBFUNÇÃO		
Difusão Cultural		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	392
PROGRAMA		
Cultura		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	15

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DA CULTURA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	15

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
26,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	123.650,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ESPORTE, LAZER E TURISMO		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.04.01**
FUNÇÃO		
Desporto e Lazer		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**27**
SUBFUNÇÃO		
Desporto Comunitário		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**812**
PROGRAMA		
Esporte e Lazer		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**16**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**16**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
18,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	349.504,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.05.01**
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**10**
SUBFUNÇÃO		
Atenção Básica		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**301**
PROGRAMA		
GESTÃO EM SAUDE		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**27**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
CONSTRUÇÃO, REFORMAS, AMPLIAÇÃO		
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº**	**17**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
100,00	m²

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	50.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	02.05.01
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	10
SUBFUNÇÃO		
Atenção Básica		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	301
PROGRAMA		
GESTÃO EM SAUDE		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	27

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE		
Custeio das Ações em Atenção Básica		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	30

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
113.000,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	15.589.600,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.05.01
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	10
SUBFUNÇÃO		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	302
PROGRAMA		
GESTÃO EM SAUDE		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	27
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
Custeio das Ações em Assist. Hospitalar e Ambulatorial		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	31

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
113.000,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	7.643.600,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.05.01**
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**10**
SUBFUNÇÃO		
Suporte Profilático e Terapêutico		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**303**
PROGRAMA		
GESTÃO EM SAUDE		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**27**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
Custeio das Ações de Suporte Prof. e Terapêutico		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**32**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
113.000,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	3.423.354,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	02.05.01
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	10
SUBFUNÇÃO		
Vigilância Sanitária		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	304
PROGRAMA		
GESTÃO EM SAUDE		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	27

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE		
Custeio das Ações da Vig. Sanitária		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	33

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
113.000,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	334.600,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.05.01**
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**10**
SUBFUNÇÃO		
Vigilância Epidemiológica		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**305**
PROGRAMA		
GESTÃO EM SAUDE		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**27**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
Custeio das Ações da Vig. Epidemiologica		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**34**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
113.000,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	168.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.06.01**
FUNÇÃO		
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**8**
SUBFUNÇÃO		
Assistência Comunitária		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**244**
PROGRAMA		
Assistência Social		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**18**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**18**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
23.350,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	2.646.240,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
SERVIÇOS MUNICIPAIS		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.07.01**
FUNÇÃO		
Urbanismo		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**15**
SUBFUNÇÃO		
Serviços Urbanos		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**452**
PROGRAMA		
Serviços Municipais		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**19**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**19**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
24.300,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	7.724.120,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
SERVIÇOS MUNICIPAIS		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	02.07.01
FUNÇÃO		
Urbanismo		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	15
SUBFUNÇÃO		
Serviços Urbanos		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	452
PROGRAMA		
Serviços Municipais		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	19
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENCAO ILUMINACAO PUBLICA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	24

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	1.714.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
SERVIÇOS MUNICIPAIS		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.07.01**
FUNÇÃO		
Urbanismo		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**15**
SUBFUNÇÃO		
Serviços Urbanos		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**452**
PROGRAMA		
Serviços Municipais		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**19**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
Manutenção Transito Municipal		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**37**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	50.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
SANEAMENTO GERAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.07.02**
FUNÇÃO		
Saneamento		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**17**
SUBFUNÇÃO		
Saneamento Básico Urbano		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**512**
PROGRAMA		
Saneamento Geral		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**20**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
OBRAS DE SANEAMENTO		
CÓDIGO DO PROJETO	**Nº**	**10**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
100,00	m²

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	1.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA		
SANEAMENTO GERAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.07.02**
FUNÇÃO		
Saneamento		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**17**
SUBFUNÇÃO		
Saneamento Básico Urbano		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**512**
PROGRAMA		
Saneamento Geral		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**20**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DE SANEAMENTO GERAL		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**20**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
6.300,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	6.305.920,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
AGRICULTURA		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.08.01
FUNÇÃO		
Agricultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	20
SUBFUNÇÃO		
Extensão Rural		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	606
PROGRAMA		
Agricultura		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	21
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	21

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
263,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	17.500,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	**02.08.02**
FUNÇÃO		
Agricultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	**20**
SUBFUNÇÃO		
Extensão Rural		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	**606**
PROGRAMA		
Meio Ambiente		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	**22**
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	**22**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	15.500,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2023
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração **Fundamento Legal: LDO2023** **Data: 01/07/2022** **Tipo: Projeto de Lei**

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA		
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	**Nº**	02.08.02
FUNÇÃO		
Agricultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	**Nº**	20
SUBFUNÇÃO		
Extensão Rural		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	**Nº**	606
PROGRAMA		
Meio Ambiente		
CÓDIGO DO PROGRAMA	**Nº**	22

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE		
Preservacao de Areas de Protecao Legal		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	**Nº**	38

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
100.00	und

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	70.000,00

TOTAL GERAL ESTIMADO PARA AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	114.258.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 42m.

Município de BARRINHA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	114.258.000,00	114.258.000,00	-	100,000	119.535.000,00	119.535.000,00	-	100,000	124.888.000,00	124.888.000,00	-	-
Receitas Primárias (I)	113.277.613,65	113.277.613,65	-	99,142	118.508.131,48	118.508.131,48	-	99,141	124.388.161,90	124.388.161,90	-	-
Receitas Primárias Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	124.388.161,90	124.388.161,90	-	-
Impostos, Taxas e contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-	-	12.066.877,16	12.066.877,16	-	-
Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	1.850.000,00	1.850.000,00	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	103.540.438,91	103.540.438,91	-	-
Demais Receitas Primárias Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	6.930.845,83	6.930.845,83	-	-
Receitas Primárias de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total	114.258.000,00	114.258.000,00	-	100,000	119.535.000,00	119.535.000,00	-	100,000	124.888.000,00	124.888.000,00	-	-
Despesas Primárias(II)	109.277.900,00	109.277.900,00	-	95,641	114.423.900,00	114.423.900,00	-	95,724	119.402.900,00	119.402.900,00	-	-
Despesas Primárias Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	117.478.088,55	117.478.088,55	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	66.202.053,43	66.202.053,43	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	52.524.935,12	52.524.935,12	-	-
Despesas Primárias de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	675.911,45	675.911,45	-	-
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas P	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário(III) = (I – II)	3.999.713,65	3.999.713,65	-	3,501	4.084.231,48	4.084.231,48	-	3,417	4.985.261,90	4.985.261,90	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	3.999.713,65	3.999.713,65	-	3,501	4.084.231,48	4.084.231,48	-	3,417	4.985.261,90	4.985.261,90	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	29.195.597,20	29.195.597,20	-	25,552	28.500.000,00	28.500.000,00	-	23,842	-	-	-	-
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Município de BARRINHA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇAO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCICIO ANTERIOR
2023

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 33m.

Município de BARRINHA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRES EXERCICIOS ANTERIORES
2023

LRF, art 4º, § 2º, inciso II

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%

Município de BARRINHA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	143.200,00	-	-
Alienação de Bens Móveis	143.200,00	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	**2021 (d)**	**2020 (e)**	**2019 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	**2021 (g)=((Ia-IId)+IIIh)**	**2020 (h)=((Ib-IIe)+ IIIi)**	**2019 (i)=(Ic-IIf)**
VALOR (III)	143.200,00	-	-

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 36m.

Município de BARRINHA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS
2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF,art.4º,§2º, inciso IV, alínea "a") — R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2019	2020	2021
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2019	2020	2021
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2019	2020	2021
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2019	2020	2021
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2019	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2019	2020	2021
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)[2]	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2019	2020	2021
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2019	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2019	2020	2021
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2019	2020	2021
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)[3]	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2019	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2019	2020	2021
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2019	2020	2021
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]	0,00	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciarias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA:
1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Município de BARRINHA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇAO DA RENUNCIA DE RECEITA
2023

NÃO HA PREVISAO DE RENUNCIA DE RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
TOTAL			-	-	-	

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 38m.

Município de BARRINHA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) — R$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2023
Aumento Permanente da Receita	13.115.000,00
(-) Transferências Constitucionais	7.829.861,00
(-) Transferências ao FUNDEB	2.093.746,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.191.393,00
Redução Permanente da Despesa(II)	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	3.191.393,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	100.000,00
Novas DOCC	50.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	50.000,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	3.091.393,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 07/Jul/2022, 15h e 38m.

Município de BARRINHA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS
2023

ARF(LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS	50.000,00	REF DOTAÇÃO DE RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
AÇÕES CMS	50.000,00	REDUÇÃO DE DESPESAS DISCRICIONADAS	50.000,00
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00
TOTAL	100.000,00	TOTAL	100.000,00

FONTE:

Município de BARRINHA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇAO DO PATRIMONIO LIQUIDO
2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso III) R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	50.144.156,98	100,00	36.091.909,29	100,00	17.421.388,36	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	50.144.156,98	100,00	36.091.909,29	100,00	17.421.388,36	100,00

REGIME PREVIDENCIARIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Barrinha-SP
LDO-2023-Alteração Legal 1
Metas das Ações Prog. Gov.

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: LDO2023 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Programa	Valores	
	2023	Total
0-Operações Especiais	6.256.700,00	6.256.700,00
1-Processo Legislativo	3.659.950,00	3.659.950,00
3-Supervisão e Coordenação Superior	757.120,00	757.120,00
4-Fundo Social de Solidariedade	40.000,00	40.000,00
5-Amparo, Entretimento e Proteção ao Menor	17.700,00	17.700,00
6-Serviço Militar	9.200,00	9.200,00
7-Suporte Administrativo	6.319.144,00	6.319.144,00
8-Ensino Infantil	514.236,00	514.236,00
9-Educação Especial	220.600,00	220.600,00
10-Ensino Fundamental	9.372.631,00	9.372.631,00
11-Fundeb Fundamental	25.549.900,00	25.549.900,00
12-Fundeb Infantil	10.220.570,20	10.220.570,20
13-Fundeb EJA	109.060,80	109.060,80
14-Merenda Escolar	3.485.600,00	3.485.600,00
15-Cultura	123.650,00	123.650,00
16-Esporte e Lazer	349.504,00	349.504,00
18-Assistência Social	2.646.240,00	2.646.240,00
19-Serviços Municipais	9.488.120,00	9.488.120,00
20-Saneamento Geral	6.306.920,00	6.306.920,00
21-Agricultura	17.500,00	17.500,00
22-Meio Ambiente	85.500,00	85.500,00
24-CONSELHO TUTELAR	201.000,00	201.000,00
26-Administração	156.000,00	156.000,00
27-GESTÃO EM SAUDE	27.208.154,00	27.208.154,00
99-Reserva de Contingência	1.143.000,00	1.143.000,00
TOTAL DA LDO	114.256.000,00	114.256.000,00